

Paulo Osternack Amaral

PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE

Prefácio

Paula Costa e Silva

2.^a edição

revista, atualizada
e ampliada

2023



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Equipe Juspodivm

Capa: Ana Caquetti

M257m Prova por Declarações de Parte / Paulo Osternack Amaral – 2. ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Juspodivm, 2023.
160 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-4044-1.

1. Direito Processual Civil. I. Amaral, Paulo Osternack. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	15
2. PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE: PREMISSAS NECESSÁRIAS	21
2.1. Amplitude do direito à prova.....	21
2.2. Antecedentes da prova por declarações de parte: caso Dombo.....	33
2.3. Repercussão sobre o processo civil holandês.....	36
2.4. Tipificação da prova por declarações de parte no CPC português de 2013.....	39
2.5. Utilidade da tipificação no CPC de 2013	44
2.6. Autonomia da prova por declarações de parte em relação ao depoimento de parte	47
3. QUEM PODE REQUERER A PRODUÇÃO DA PROVA POR DECLARAÇÕES DE PARTE	57
3.1. Requerimento pela própria parte: regra geral	58
3.2. Direito potestativo da parte: críticas	66
3.3. Requerimento pela contraparte ou comparte?	69
3.4. Determinação da produção da prova de ofício pelo juiz?	72
3.5. Repercussões sobre o processo e seus sujeitos	82
3.5.1. Repercussão sobre a posição das partes	82

3.5.2. Repercussões sobre o processo: credibilidade das declarações	84
3.5.3. Repercussões sobre a atividade do julgador	89
3.5.4. As declarações de parte e sua valoração	91
3.5.5. Arremate	92
4. DEVER DE COOPERAÇÃO PARA A DESCOBERTA DA VERDADE.....	93
4.1. Contornos essenciais do princípio da cooperação	93
4.1.1. Dever de esclarecimento	97
4.1.2. Dever de prevenção	100
4.1.3. Dever de consulta (ou de diálogo)	103
4.1.4. Dever de auxílio	106
4.1.5. Dever de inquisitorialidade.....	107
4.2. Incidência da cooperação sobre a fase instrutória e seus limites	108
4.3. Incidência da cooperação sobre a prova por declarações de parte	117
4.3.1. Finalidade probatória das declarações da parte....	120
4.3.2. Iniciativa da prova por declarações de parte e o princípio da cooperação	123
4.3.3. Incidência da cooperação como reforço da função probatória das declarações	124
4.4. Descumprimento do dever de cooperação pela parte: consequências.....	125
4.5. Arremate	138
5. CONCLUSÕES.....	141
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147